

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: RELATO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS

HEALTH EDUCATION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN SOCIALLY VULNERABLE SITUATIONS: A REPORT OF OUTREACH PROJECTS

Submissão:
26/09/2023
Aceite:
16/11/2023

Mylene Francini da Rosa ¹  <https://orcid.org/0000-0002-4570-5093>

Rodrigo de Souza Balk ²  <https://orcid.org/0000-0001-5254-6732>

Victória Braseiro Vernes ³  <https://orcid.org/0000-0001-5994-0070>

Ana Laura Alves Saraiva ⁴  <https://orcid.org/0000-0002-4883-7235>

Geovana dos Santos Nunes ⁵  <https://orcid.org/0009-0001-0999-5927>

Tatiane Motta Da Costa e Silva ⁶  <https://orcid.org/0000-0001-7232-2357>

Resumo

O estudo tem o objetivo de relatar a implementação e o desenvolvimento de ações extensionistas realizadas junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como estratégia de educação em saúde e diminuição de desigualdades sociais para crianças e adolescentes socialmente assistidos. Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência. As ações foram desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial Práticas Integradas em Saúde Coletiva (PET PISC), em parceria com um CREAS de um município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, sendo realizadas entre os meses de junho de 2021 e janeiro de 2023. Foram abordados temas como prevenção ao bullying, direitos humanos e cultura da paz, desenvolvimento motor e combate ao assédio sexual. As atividades oportunizaram momentos de discussão e reflexão junto aos participantes, além de agregarem ao futuro profissional dos discentes envolvidos, contemplando conhecimentos extracurriculares e possibilitando vivências multiprofissionais.

Palavras-chave: Saúde Coletiva; Assistência Social; Infância e Adolescência; Extensão; Relações Comunidade-Instituição

¹ Discente do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Bolsista do PET PISC mylenarosa32@gmail.com

² Docente do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Tutor do PET PISC rodrigobalk@unipampa.edu.br

³ Discente do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Bolsista do PET PISC victoriabraseiro@gmail.com

⁴ Discente do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Bolsista do PET PISC analauraalves1557@gmail.com

⁵ Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Egressa do PET PISC geovana.dsn0208@gmail.com

⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da UNIPAMPA tatianemottaesilva@gmail.com

Abstract

This study reports the implementation and development of outreach actions carried out in collaboration with the Specialized Reference Center for Social Assistance (*CREAS*, Portuguese acronym), as a strategy for health education and the reduction of social inequalities of socially assisted children and adolescents. It is an experiential report study. The actions were conducted by the Tutorial Education Program of Integrated Practices in Collective Health (*PET PISC*, Portuguese acronym), in partnership with a *CREAS* unit in a municipality in the western border of Rio Grande do Sul, Brazil from June 2021 to January 2023. The following topics were addressed: bullying prevention, human rights, culture of peace, motor development, and combating sexual harassment. The activities provoked discussions and reflections among the participants, contributing to the future professional development of the students involved as activities included extracurricular knowledge and provided multi professional experiences.

Keywords: Collective Health; Social Assistance; Childhood and Adolescence; Outreach Projects; Community-Institutions Relationships.

Introdução

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) assegura à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2018). Em concordância, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) determina prioridade no atendimento a esse grupo, bem como na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

Com relação à atenção em saúde, a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade biopsicossocial são mais expostos aos agravos à sua saúde. Nesta perspectiva, Cesar, Martins e Silva (2019) evidenciam a necessidade de uma abordagem com ênfase na promoção e educação em saúde, que vem sendo reestruturada e amplamente trabalhada, impactando diretamente no sistema de saúde e nas condições de vida da sociedade. Essa abordagem confere ao indivíduo a capacidade de ser atuante na análise e na tomada de decisões sobre suas condições de saúde, através de mudanças de hábitos e comportamentos, além da possibilidade de aquisição de novas informações que podem gerar mudanças coletivas.

Além disso, segundo Conceição *et al.* (2020), a educação em saúde mostra-se como espaço de construção e difusão de conhecimentos. e práticas para o viver saudável, também possibilitando mudanças de comportamento em relação à saúde, tendo o indivíduo como o seu público-alvo, articulando conhecimentos populares e técnicos.

Nessa perspectiva, o setor de saúde assumiu, conforme o Ministério da Saúde, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), um mandato social para atuar na prevenção, diagnóstico e notificação de casos de violência. Criou-se, assim, um espaço privilegiado para a identificação e o acolhimento de crianças e adolescentes vítimas da violência e suas famílias. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (*CREAS*) é uma unidade pública de assistência social com

atenção a indivíduos que vivenciam situações de violações de direitos ou de violências.

No município em que o relato se desenvolve, o CREAS tem parceria com as casas de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, notificação de violência, violação de direitos e/ou maus tratos domésticos. A instituição também é responsável pelo cuidado integral de indivíduos assistidos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI¹).

Desta forma, o Programa de Educação Tutorial Práticas Integradas em Saúde Coletiva (PET PISC) observou a necessidade de inserir-se junto ao CREAS do município ao qual a universidade está localizada, para a implementação de atividades de extensão que desenvolvem práticas de educação em saúde com as crianças e adolescentes atendidas pelo CREAS, visando a promoção da inclusão social e a diminuição das lacunas existentes devido a situação de vulnerabilidade social a qual esses indivíduos são expostos, sobretudo no que trata-se do cuidado em saúde.

Frente ao exposto, o estudo tem por objetivo relatar a implementação e o desenvolvimento de ações extensionistas realizadas junto ao CREAS, como estratégia de educação em saúde e diminuição de desigualdades sociais para crianças e adolescentes socialmente assistidos.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, que é considerado por Mussi, Flores e Almeida (2021) como a expressão escrita de vivências, sendo capaz de contribuir na produção de conhecimentos acerca das mais variadas temáticas com reconhecida importância na discussão das mesmas. Nesse sentido, este relato visa apresentar as vivências da implantação de ações extensionistas desenvolvidas pelo PET PISC, em parceria com um CREAS de um município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

A implementação das ações ocorreu no mês de junho de 2021, sendo as atividades realizadas entre os meses de junho de 2021 e janeiro de 2023, duas vezes por semana, com duração média de uma hora, no espaço físico do CREAS. O espaço conta com salão de convivência e uma ampla área externa. A experiência envolve a realização de atividades lúdicas e reflexivas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com abordagem de temáticas com relevância para o público em questão, organizadas por acadêmicas de cursos de graduação em Enfermagem e Fisioterapia, com o apoio de psicólogos e assistentes sociais do serviço de assistência social.

Para a realização das ações, inicialmente, buscou-se identificar as demandas emergentes a serem discutidas e abordadas, bem como a abordagem lúdica e interativa, para maior interação e oportunidade de criação de vínculo entre os aplicadores e os participantes. As intervenções se deram através de encontros semanais para realização de atividades interativas de cunho crítico-reflexivo. O público-alvo da ação eram crianças e adolescentes na faixa etária entre 4 e 17 anos, por meio de modalidades de atendimento social pelo CREAS.

Dentre os recursos didáticos utilizados para a realização das atividades, foram confeccionados materiais com cunho sustentável como objetos recicláveis, folders de divulgação, revistas, recursos digitais visuais como mídias, vídeos e filmes, jogos de tabuleiro, além de materiais de papelaria e pintura e acessórios para circuito motor, como cones, cordas, bolas e bambolês, muitos sendo reutili-

¹ O PAEFI atende famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que protege pessoas com menos de 14 anos de situação ilegal de trabalho (Brasil, 1993).

zados de uma atividade para outra, confeccionados pelos bolsistas do PET PISC e/ou disponibilizados pelo CREAS.

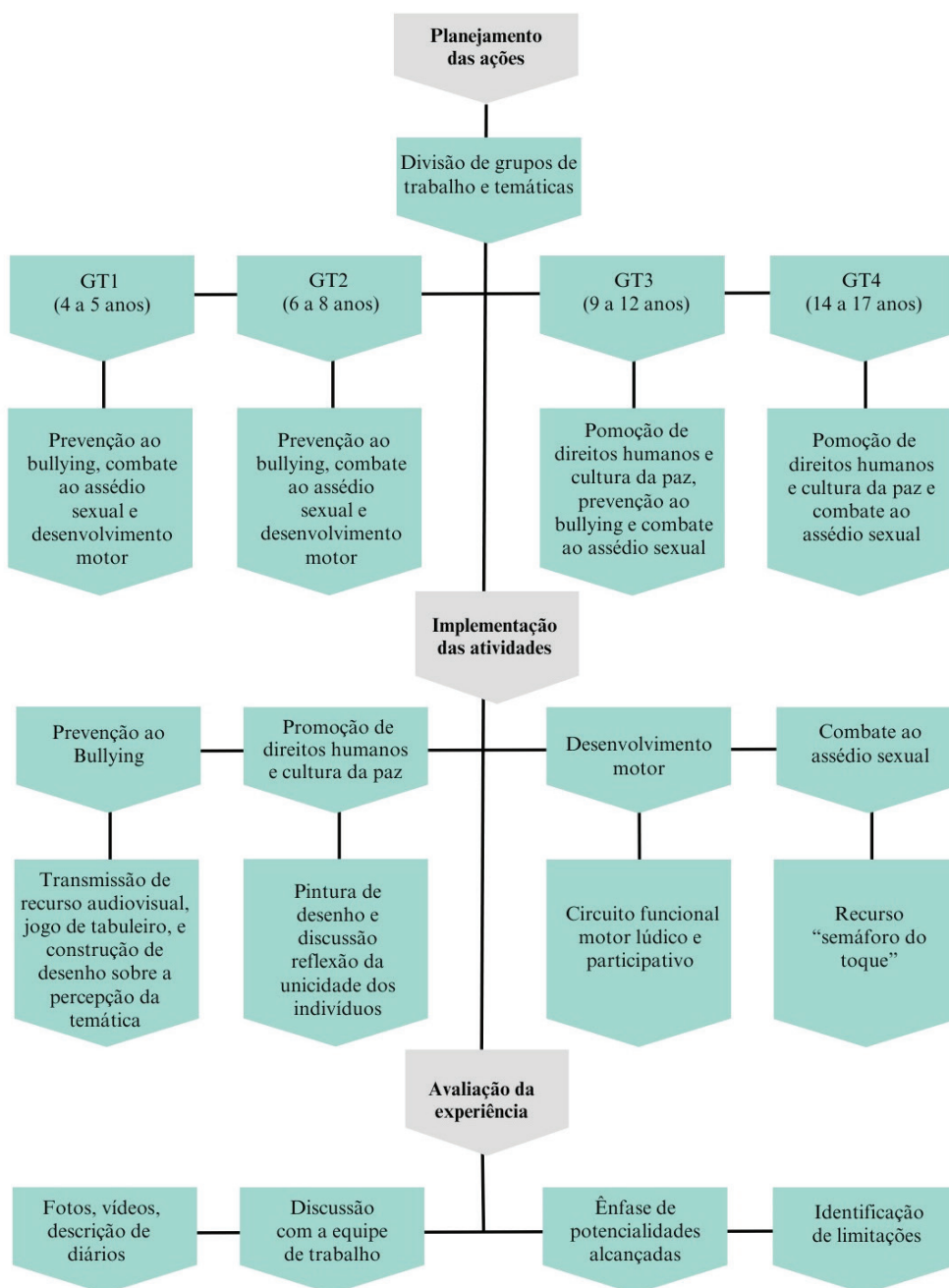
As vivências extensionistas dos acadêmicos se deram por meio da organização, planejamento e realização de atividades com cunho reflexivo de demandas, com foco para a população abordada, recrutada por meio da consideração das características das crianças e adolescentes e os temas que emergiram durante o contato inicial com elas. Houve posterior discussão da relevância com a equipe de trabalho. Foram selecionadas temáticas como prevenção ao bullying, combate ao assédio sexual, desenvolvimento motor, promoção de direitos humanos e cultura da paz, sendo abordadas através de atividades lúdicas, como brincadeiras, teatro, sessões de cinema, jogos cooperativos e atividades manuais de desenho e pintura. Os participantes foram divididos em quatro grupos terapêuticos (GT), conforme a casa de acolhimento residente, temáticas a serem abordadas e faixa etária de abrangência. Para as crianças de menor idade GT 1 (4 a 5 anos) e GT 2 (6 a 8 anos), foram pensadas ações visando englobar o desenvolvimento neuropsicomotor, juntamente às temáticas sociais englobadas.

Já nas abordagens com as crianças mais velhas e adolescentes GT 3 (9 a 12 anos) e GT 4 (13 a 17 anos), utilizaram-se linguagens e recursos apropriados para maior abrangência de questões socio-educativas e de vulnerabilidade social. Ao final das ações, eram realizadas discussões reflexivas com os participantes dos GTs para o conhecimento da percepção sobre as temáticas abordadas. Posteriormente, os relatos obtidos eram discutidos com a equipe de trabalho multiprofissional - acadêmicas, assistentes sociais e psicólogas do serviço -, com o intuito de analisar as narrativas que emergiram ao longo das atividades e planejar possíveis intervenções.

As atividades eram registradas em diários de campo ao final de cada uma das ações, contendo o relato detalhado e as reflexões que emergiram no decorrer do processo. Cada um dos bolsistas realizava seu diário de campo de forma individual e, ao final de cada mês, socializava-se com o tutor do programa durante a reunião do PET PISC, e com a equipe de trabalho da assistência social.

Para exemplificar o planejamento, execução e avaliação das atividades realizadas, foi elaborado um fluxograma, apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do planejamento, execução e avaliação das atividades.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Para analisar os dados, foi utilizada uma análise descritiva das informações obtidas com a realização das atividades. Para a garantia da ética das ações extensionistas, foram seguidos os preceitos éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil. Os participantes tiveram suas identidades preservadas durante as ações, não sendo expostos a riscos ou situações de constrangimento.

PET PISC e CREAS: uma parceria em construção

O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa que, por meio de grupos organizados dos diferentes cursos de graduação das instituições de ensino superior, realiza atividades mediadas pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo regulamentado pela Portaria nº 976 de julho de 2010 (Brasil, 2010). Nacionalmente, o PET conta com 842 grupos, distribuídos entre 121 instituições de ensino superior, sendo um deles o Programa de Educação Tutorial Práticas Integradas em Saúde Coletiva (PET PISC), situado na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no campus da saúde.

O PET PISC foi criado em 2010 e, atualmente, tem a participação de 12 integrantes dos cursos de graduação em Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, sendo 10 bolsistas remunerados e 2 bolsistas voluntários, sob orientação de um tutor docente responsável. Um dos compromissos do PET PISC é estabelecer parcerias com instituições públicas, buscando articular ações que visam a promoção da saúde, através de orientações voltadas para a conscientização e o cuidado em saúde da população. Desta forma, o PET PISC tem desenvolvido ações de extensão em diversas instituições públicas do município, entre elas, o CREAS.

O CREAS, por sua vez, consiste em uma unidade pública de assistência que atende usuários em situações de vulnerabilidade, como violação de seus direitos ou violências. São realizados atendimentos especializados de forma coletiva ou individual. A unidade pode atender famílias e/ou indivíduos que se encontram em situação de risco. O serviço é fomentado pelo governo federal (Brasil, 2018).

O município em que o relato se desenvolve possui uma unidade do CREAS que atende todos os bairros. O CREAS está localizado em uma zona periférica próxima ao centro da cidade, para que esteja ao alcance de todo o seu público. Entre os usuários atendidos pela unidade, estão pessoas que sofrem ou sofreram algum tipo de violência, seja física, psicológica, sexual, entre outras, além de crianças e adolescentes institucionalizados e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A equipe é composta por psicólogos, pedagogos e assistente social, e o seu principal objetivo é o reconhecimento de seus direitos e deveres, além de tratar suas vulnerabilidades, traumas e inseguranças.

A construção da parceria entre PET PISC e CREAS ocorreu em junho de 2021, na qual a gestão do CREAS solicitou ao PET PISC a realização de atividades extensionistas, visando o desenvolvimento de ações com os grupos de convivência entre crianças e adolescentes que frequentam a unidade. A pactuação das ações foi realizada através de uma reunião envolvendo os gestores e profissionais do CREAS, o tutor do PET PISC e os acadêmicos e bolsistas envolvidos com as atividades.

Inicialmente, foram convidadas a participar dos grupos terapêuticos 71 crianças e adolescentes, atendidas pelo CREAS, provenientes de institucionalização em casa de acolhimento, participantes do Programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto. No entanto, participaram efetivamente dos grupos cerca de 30 crianças. Os motivos para a baixa adesão foram: conflito de horários com o turno escolar, recusa da família e recusa da criança ou adolescente em participar das atividades. O transporte foi disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social do município para os interessados.

Em sua maioria, as crianças participantes dos grupos eram oriundas do regime de acolhimento. O acolhimento é uma medida excepcional, provisória e temporária, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1988;1990),

que tem como objetivo retirar crianças de situação de exploração, violência, maus tratos ou abandono. No Rio Grande do Sul, existem mais de 3.580 crianças em regime de acolhimento. Além disso, a partir de 2020, mais de 4 mil crianças e adolescentes foram reintegrados à família de origem no estado (Brasil, 2023).

Durante o desenvolvimento das ações, houve perda de participantes devido a decisões judiciais que determinaram reintegração à família ou conclusão do processo de adoção, retirando as crianças e os adolescentes do regime de acolhimento. Também participaram das atividades crianças e adolescentes vinculados ao PAEFI.

O Relato das ações e Discussão

As ações eram planejadas pelos bolsistas do PET PISC, com a supervisão do tutor responsável pelo programa. No momento da aplicação, os bolsistas eram acompanhados e supervisionados por profissionais do CREAS e tutores de campo. Para o planejamento das ações, foram consideradas as temáticas que emergiram do contato inicial com as crianças e adolescentes, o contexto social e a faixa etária dos participantes. Desta forma, as ações serão apresentadas em quatro subtítulos, de acordo com as temáticas abordadas, sendo elas: Prevenção ao Bullying; Promoção de Direitos Humanos e Cultura da Paz; Desenvolvimento Motor; e Combate ao Assédio Sexual.

Prevenção ao Bullying

O bullying é denominado como um processo de violência que pode ocorrer de forma intencional, repetitiva e sem motivação aparente, por meio de violência física, verbal, virtual ou moral, ocorrendo um abuso sistemático de poder entre agressor e vítima, e amplamente prevalente no contexto escolar (Camargo; Reis; Carvalho, 2021). Crianças expostas a esse tipo de violência são mais suscetíveis a desenvolver problemas como ansiedade, síndrome do pânico, insônia, estresse, doenças gástricas, cefaleia, entre outros, ocasionando danos físicos e psicológicos para seu organismo e interferindo no desenvolvimento infantil (Ribeiro, 2023).

Uma das temáticas escolhidas para abordagem durante as ações foi o bullying, tendo em vista que, durante as atividades semanais dos grupos terapêuticos, foi notável a prática entre os participantes, por meio de suas falas e atitudes. Com base nesta demanda, bolsistas do PET PISC, juntamente com profissionais do serviço, evidenciaram a necessidade de abordagem do tema. A atividade foi desenvolvida em duas etapas, sendo que, inicialmente, foi transmitido um vídeo da plataforma online Youtube, no formato de desenho animado, explicando o conceito de bullying e suas consequências. Após este momento, cada participante fez a escolha de outro vídeo assistido para ser representado por meio de um desenho. Em outro momento, também foi utilizado um jogo de tabuleiro sobre o tema, onde os jogadores iam se revezando nas jogadas, até que o primeiro ganhasse.

Ao final, as bolsistas do PET PISC ressaltaram que, da mesma forma que nenhuma representação de desenho foi igual, cada indivíduo tem suas características, o que o torna único no mundo, e por este motivo ninguém deve ser desrespeitado por características físicas, sociais e econômicas. Os participantes mostraram-se envolvidos com a ação, trazendo suas vivências sobre o tema e debatendo com todo grupo.

O jogo de tabuleiro instigou a conversa sobre as frases de cada casa; além da competitividade

e harmonia entre o grupo, os jogadores puderam participar de várias rodadas como forma de concretizar o assunto. Assim, evidencia-se a importância dessas práticas pedagógicas, visto que, conforme Campos *et al.* (2021), a criança se apropria do conhecimento através da prática, por isso o espaço deve fornecer ferramentas para construção da aprendizagem significativa.

O bullying deve ser compreendido como um fenômeno social nocivo, que pode levar o indivíduo a carregar consigo transtornos comportamentais e sociais para o resto de sua vida, produzindo comportamentos violentos, nos quais pessoas que sofrem com a violência, acabam por reproduzi-las em contato com seus pares (FÉLIX; ARAÚJO, 2023). Dessa forma, justifica-se a importância em problematizar o bullying e a violência com as crianças e adolescentes, visto que foi notável a melhora na relação de respeito entre os participantes, fato que antes dificultava o andamento das atividades semanais de convivência.

Promoção de direitos humanos e cultura da paz

Os direitos humanos caracterizam um ideal que deve ser alcançado por todas as pessoas, buscando respaldar a justiça e a paz no mundo. Todos os direitos listados são fundamentados no acesso à segurança, liberdade, igualdade e vivências em comunidade (UNESCO, 1948).

Durante o período da pandemia causada pelo vírus da COVID-19, os índices de violações dos direitos básicos de crianças e adolescentes sofreram aumento quando comparados aos números obtidos entre os anos de 2019 e 2021. No estado do Rio Grande do Sul, foram constatadas 6447 denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente no ano de 2019, enquanto no ano de 2021 este número aumentou exponencialmente para 16239, sendo que a maior divergência foi encontrada nas denúncias de violência física, psicológica e sexual (Marques, 2022).

Tendo em mente a exposição às situações de violências presentes no cotidiano das crianças e adolescentes participantes das ações promovidas, assim como os visíveis sentimentos de agressividade e tristeza expressos nas atividades e vocabulários ditados durante os encontros, considerou-se necessário tratar sobre a promoção de direitos humanos e com a cultura da paz.

Desta forma, a temática foi abordada por meio de um desenho ofertado para colorir, problematizando, ao longo da atividade, que cada indivíduo é único, possui formas, cores, tamanhos diferentes uns dos outros, explicando que a diversidade se faz presente na sociedade. Ao longo da atividade, foi discutida a necessidade do respeito, da empatia e do cuidado com o outro e consigo mesmo.

Alcançou-se a participação de todos os envolvidos nos GTs, colorindo o desenho e, apesar das crianças de idades diminuídas dos GTs 1 e 2 se dispersarem mais, afirmaram igualmente a compreensão da necessidade da amizade e do respeito ao conversar com outras pessoas. A parceria saúde-educação permitiu uma melhor otimização da assistência, com ênfase na individualidade, integralidade e humanização, tendo-se como foco a prevenção da violência às crianças/adolescentes, visto que a atividade desenvolvida mostrou-se proveitosa e despertou o interesse dos envolvidos.

Desenvolvimento Motor

Sabe-se que o desenvolvimento humano é um processo contínuo, relacionado à idade, que envolve mudanças sequenciais e complexas (Martins; Martinez; Guerinez, 2021). Nesse processo, adquirem-se grandes e inúmeras habilidades psicomotoras, que evoluem de movimentos simples e

desorganizados para habilidades altamente complexas. Nas últimas décadas, o perfil da morbidade infantil apresentou uma importante mudança: as doenças infecciosas, parasitárias e a desnutrição, antes prevalentes, estão dando lugar a um perfil com novas situações de morbidades, como exposição à violência, pais usuários de drogas, aumento da obesidade e sedentarismo, além de importantes iniquidades em saúde decorrentes das desigualdades econômicas, raciais e étnicas (Delgado *et al.*, 2020).

Diante disso, atentou-se à necessidade de inserção de atividades que, de forma lúdica e educativa, pudessem promover habilidades motoras e cognitivas que, porventura, poderiam encontrar-se precárias devido a alguma vulnerabilidade a que os participantes foram expostos durante o período de gestação e a primeira infância. Por meio de brincadeiras buscadas em um programa de estimulação motora precoce para crianças de risco (RIGONI *et al.*, 2022), foram realizados circuitos funcionais, estimulando-se propriocepção corporal, melhora dos padrões de movimentos, aumento de força e resistência muscular, com o intuito de promover um conjunto de habilidades motoras que poderiam estar deficitárias.

Os resultados obtidos através das ações realizadas foram diversos, conforme o público abrangente. Com os GTs 1 e 2, que apresentavam idades menores, o déficit apresentado durante a realização dos exercícios foi maior, identificando-se barreiras que o desenvolvimento motor, diante da vulnerabilidade, poderia estar gerando. Nos GTs 3 e 4, onde se inseriram crianças de idades mais avançadas e adolescentes, as limitações no desempenho das dinâmicas foram diminuídas.

Assim, com este feito, pôde-se evidenciar que os primeiros anos de vida da criança são marcantes para o seu desenvolvimento, visto que, nesse momento, ocorre um processo de aquisição de habilidades através de estímulos que a criança recebe, ambiente em que é criada, relação de convívio com os familiares, sendo estes pontos que influenciam diretamente o aprendizado (Santos; Lanzillotta 2023). Crianças em contexto de acolhimento e socialmente assistidas como as participantes dessa ação extensionista necessitam de práxis de estimulação para que desenvolvam aptidões, que, por vezes, podem estar carentes, evidenciando-se o êxodo do trabalho realizado pelas discentes envolvidas.

Combate ao assédio sexual

O combate ao assédio sexual foi um tema complementar escolhido para ser abordado durante o desenvolvimento das ações. Tal escolha justifica-se pela emergência que a temática se apresenta, expressada tanto através dos dados epidemiológicos em nível nacional quanto pelas situações de violência a que as crianças assistidas foram expostas.

Segundo o Boletim Epidemiológico, entre 2015 e 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Entre as crianças, a maior parte das notificações foi na faixa etária de 5 a 9 anos; já entre os adolescentes, a faixa etária com o maior número de registros foi entre 10 e 14 anos. Em mais da metade dos casos, a ocorrência se deu na residência dessas crianças, praticadas por familiares ou amigos/conhecidos da família (Brasil, 2023). A rede de saúde é fundamental para a identificação de casos de violência sexual, portanto, os profissionais de saúde devem estar atentos aos sinais expressos pela vítima e pelo abusador, além de constituir uma linha de atuação bem determinada sobre como agir ao se deparar com uma situação de abuso, não colocando em risco a vítima e a própria equipe.

Dessa forma, para abordar o Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi utilizado o recurso lúdico “Semáforo do Toque”, instrumento que permite associar as cores de

trânsito com as percepções sobre o toque físico de terceiros. Pode ser interpretado da seguinte forma: sinal vermelho: toque proibido, acione uma pessoa de sua confiança; amarelo: atenção ao toque; verde: permitido, mas siga com atenção.

Os sinais estão relacionados a partes do corpo da criança, como rosto, boca, ombros, seios, barriga, pernas e genitálias. A associação lúdica permite a apropriação da temática por parte das crianças, atuando na prevenção a abuso e assédio sexual em menores. Através do “Semáforo do Toque”, é possível demonstrar a valorização das características do corpo de crianças e adolescentes, além de auxiliar na expressão de ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências através das ilustrações (Carvalho; Ischkanian; Ischkanian, 2022).

Tendo em vista o exposto, a atividade serviu para aproximar os discentes acerca da temática, proporcionando vivências práticas para atuação em tal área, aguçando habilidades relacionadas ao manejo da criança e do adolescente vítimas de abuso sexual. A abordagem é delicada e exige sensibilidade dos discentes para lidar com os resultados da atividade, considerando o histórico de violência e exposição à sexualidade de forma precoce pelas crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Os participantes da ação apresentaram-se participativos e atentos às considerações propostas, engajando-se na atividade e debatendo com seus pares sobre o tema abordado. A abordagem lúdica mostrou-se efetiva, pois através deste recurso foi possível facilitar a aquisição de conhecimentos, sobretudo dos GTs 1 e 2, além de promover a construção do senso de autocuidado diante do abuso e exploração sexual.

As atividades foram de suma importância para o desenvolvimento do grupo, tendo em vista a abordagem das temáticas voltadas ao desenvolvimento social das crianças e adolescentes atendidos. No entanto, houve algumas limitações para o desenvolvimento pleno das ações. Dentre as barreiras, destaca-se a baixa adesão pela escolha dos grupos pelas crianças e adolescentes atendidas pelas casas de acolhimento. Para os participantes que residiam com a família em situação de vulnerabilidade, apesar do transporte ter sido disponibilizado pela assistência social, o deslocamento para os encontros semanais era considerado um empecilho, devido à distância dos bairros residentes ao centro do município, onde se localiza o CREAS.

Ademais, pode-se citar a dificuldade para a criação de vínculo com os participantes, em vista da alta rotatividade e/ou perda de participantes ativos, devido a decisões judiciais que determinavam reintegração à família de origem ou conclusão do processo de adoção. Perante isso, algumas atividades planejadas a longo prazo não puderam ser desenvolvidas.

Considerações finais

As atividades desenvolvidas oportunizaram uma ampla reflexão das crianças e dos adolescentes participantes em relação às temáticas abordadas durante o desenvolvimento das ações. Salienta-se que, além dos benefícios gerados às crianças e adolescentes, as discussões colaboraram com o futuro profissional dos discentes envolvidos, visto que se trata de ações sociais com temáticas ligadas à vulnerabilidade social do público envolvido. Nesse sentido, contempla conhecimentos extracurriculares e possibilita diversas vivências, formando-se profissionais de saúde mais humanizados, com base em um olhar e uma abordagem multiprofissional acerca de uma das temáticas desenvolvidas.

Ademais, as ações abordaram perspectivas de temáticas importantes na comunidade, que con-

tribuem para a formação de indivíduos mais conscientes e participativos com ações sociais na sociedade. Destacam-se atividades de cultura da paz e bullying, nas quais pode-se observar uma maior abrangência em todos os grupos, que corroboram para a diminuição das situações de violência e/ou maus tratos que os participantes enfrentaram.

Por fim, cabe mencionar que a realização das ações de extensão do PET PISC no CREAS segue um fluxo contínuo, para além das atividades relatadas neste estudo, aprofundando ainda mais as temáticas necessárias a serem debatidas com esta população.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio e incentivo financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), prestado ao Programa de Educação Tutorial Práticas Integradas em Saúde Coletiva, por meio de seu tutor e bolsistas. Agradecemos ao Centro de Referência de Assistência Social, pela possibilidade de desenvolver as ações de extensão na instituição.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Acolhimento. **Painel de Acompanhamento**. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999=4434--913b-74f5b5b31b2a&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993. Institui a Lei Orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: Orientações para implementação**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAdade-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Portaria nº 976/2010, de 27 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa de Educação Tutorial - PET. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jul. 2010. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2013/10/porMEC_n976_27_07.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CAMARGOS, N. N.; REIS, S.; CARVALHO, A. M. S. **O bullying na infância e seus efeitos na vida adulta**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário uma, Belo Horizonte, MG. 2021. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/b7c7ca30-6fa6-4f03-8720-c5552ca273d2/content>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CAMPOS, C. L. *et al.* Estratégias pedagógicas contra a prática do bullying na escola. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 3416–3435, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.3144>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CARVALHO, G. N.; ISCHKANIAN, S. G.; ISCHKANIAN, S. H. D. Direito e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): pedofilia - o lobo mau da infância e da adolescência. In: SANTOS, D.A. dos; COSTA, H.C.O. (org.). **Educação, Tecnologia e Inclusão: uma abordagem contemporânea**. Itapiranga: Schreiber, 2022. Disponível em: https://www.editoraschreiber.com/files/ugd/e7cd6e_261dc84e640c476397a938f8cfb8919c.pdf#page=75. Acesso em: 03 nov. 2023.

CESAR, D. J.; MARTINS, F. A.; SILVA, R. E. G. **Saúde da Criança e do Adolescente: políticas públicas e educação em saúde**. Políticas Públicas e Educação em Saúde. Rio Branco: Stricto Sensu Editora, 2019. p. 178-194.

CONCEIÇÃO, D. S. *et al.* A Educação em Saúde como Instrumento de Mudança Social. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 8, p. 59412–59416, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-383>. Acesso em: 03 nov. 2023.

DELGADO, D. A.; MICHELON, R. C.; GERZSON, L. R.; ALMEIDA, C. S.; ALEXANDRE, M. G. Avaliação do desenvolvimento motor infantil e sua associação com a vulnerabilidade social. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 48-56, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-2950/18047027012020>. Acesso em: 03 nov. 2023.

FÉLIX, F. S.; ARAÚJO, Y. L. F. M. Reflexões acerca de práticas pedagógicas voltadas para redução/prevenção a violências, aplicadas nas aulas do componente curricular Projeto de Vida. **Devir Educação**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e-706, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30905/rde.v7i1.706>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MARQUES, A. M. **Análise dos índices de violações dos direitos de crianças e adolescentes antes e após a pandemia no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2022.

MARTINS, M. S.; MARTINEZ, V. M. L.; GUERINE, R. P. A importância da educação física escolar no desenvolvimento motor e na lateralidade em crianças **Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 33–40, 2022.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Acesso em: 03 nov. 2023.

RIBEIRO, C. A. U. **Bullying na escola: uma análise sobre os documentos de bases nacionais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, 2023.

RIGONI, D. B.; HARTEL, S.; GERZSON, L. R.; ALMEIDA, C. S. Efeito de um programa de estimulação precoce no desempenho funcional de crianças de risco. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 30, n. 1, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31501/rbcm.v30i1.13094>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SANTOS, L. L. L.; LANZILLOTTA, P. Interferência da vulnerabilidade social sobre a qualidade de vida de crianças e adolescentes. **Repositório Institucional do UNILUS**, v. 2, n. 1, 2023.

UNESCO. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, 1948.